



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO



**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
VARA DO TRABALHO DE OURO PRETO – MG**

**JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
GRAÇA MARIA BORGES DE FREITAS**



**Lei de Criação nº 6.563, de 19-9, de 1978
Data da instalação: 18-5-1979**

Jurisdição: Ouro Preto, Acaiaca, Diogo de Vasconcelos, Itabirito e Mariana.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 9-7-2013, p. 1.



ATA DE CORREIÇÃO

Às 9h30min do dia cinco de agosto de 2013, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, Dr. **Márcio Flávio Salem Vidigal**, deu início à Correição Ordinária na Vara do Trabalho de Ouro Preto, situada na Rua Professor Paulo Magalhães Gomes, n.º 15, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pelo MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Graça Maria Borges de Freitas**; pela Diretora de Secretaria, Sra. Rosane Ribeiro de Souza; pelos servidores Carlos Roberto Rodrigues, Cláudia Ferreira de Araújo, Cláudio Resende, José Sérvulo de Paula Hudson, Márcia Carvalho Nascif, Maria Hercília de Grammont Machado de Araújo Mapa, Maurício Resende Silva, Miriam Vieira Guimarães Dutra, Norma Cláudia Paschoal, Vera Lúcia Carvalho Dornellas Macedo, Vera Lúcia Laia e Vitor Carneiro Duarte; pelos estagiários Ana karenina Cavalcanti Chamberlain e Eduardo Iandê Castro e Resende e por Calópe do Carmo Luz Cerqueira, funcionário da FENEIS. Ausente a servidora Elaine Lopes de Macedo Góis, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Desembargador Vice-Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA:

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Do mencionado protocolo, consta o registro de 1.599 processos distribuídos até o dia 2-8-2013, apurando-se a média de 12,11 processos por dia útil.

1.2. PAUTA – As audiências dos processos submetidos ao procedimento sumariíssimo e ao procedimento ordinário, bem como as audiências para realização da instrução processual estão sendo designadas, segundo dados do dia 5-8-2013, extraídos do mapa de horários do sistema informatizado da Secretaria, conforme abaixo relacionadas, destacadamente:

- a) procedimento sumariíssimo: 14-10-2013;
- b) procedimento ordinário: 7-3-2014;
- c) instrução: 30-7-2014.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 210 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 143 foram devolvidas para os juízos Deprecantes.

1.4. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 268 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 154 foram devolvidas pelos juízos Deprecados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO



1.5. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 246 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 191 processos foram remetidos no presente ano, até esta data.

1.6. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 19 autos de processos com carga, todos no prazo legal.

1.7. CARGA PARA ADVOGADOS Existem 94 autos de processos com carga, das quais 10 vencidas e cobradas. Os processos ainda não devolvidos deverão ser objeto de nova cobrança, se for o caso, e comunicação à Corregedoria.

1.8. CARGA PARA PERITOS – Constam 93 autos de processos com carga, das quais 27 vencidas e cobradas e/ou com dilação do prazo deferida. Os processos ainda não devolvidos deverão ser objeto de nova cobrança, se for o caso, e comunicação à Corregedoria.

1.9. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 1.451 mandados expedidos no ano em curso, dos quais 35 pendentes de cumprimento, todos no prazo.

1.10. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 6 autos de processos com carga para o serviço de cálculos judiciais, todos no prazo.

1.11. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – Segundo Planejamento Estratégico deste Regional, o indicador n.º 7 refere-se a Taxa de congestionamento na fase de conhecimento 1º grau, que em 2012 foi de 28,88%.

1.12. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 1.615 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 982 execuções trabalhistas, constantes do item 99;
- b) 633 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103 e 327.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema E-gestão, mês de junho de 2013.

Em relação às Varas do Trabalho de semelhante movimentação processual, no ano 2012, cuja média de processos em fase de execução foi de 1.578, constatou-se que esta Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução acima da média.

Conforme Planejamento Estratégico deste Regional, o indicador n.º 11, refere-se a Taxa de congestionamento na fase de execução, que em 2012 foi



de 77,52%.

1.13. PROCESSOS RECEBIDOS DA JUSTIÇA FEDERAL E DA JUSTIÇA ESTADUAL EM DECORRÊNCIA DA EMENDA N.º 45 À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA – De acordo com o levantamento realizado nos Quadros II-C dos Boletins Estatísticos, ano 2012, constatou-se que esta Vara do Trabalho não recebeu ação relativa à competência decorrente da aludida Emenda Constitucional.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados nesta Vara do Trabalho, conforme discriminação a seguir:

2.1. PROCESSOS EM PAUTA – Na pauta do dia 5-8-2013 havia 13 processos:

- a) procedimento sumariíssimo: 7 processos;
- b) procedimento ordinário: 1 processo;
- c) instrução: 5 processos.

Foram examinados os autos dos processos 00928/13, 00929/13, 00930/113, 00931/13, 01720/13, 00939/13, 00941/13, 01341/13, 01184/12 e 01464/11, constantes da pauta, no tocante aos seguintes aspectos:

1) petição inicial; 2) autuação: a) numeração das folhas; b) cronologia dos atos; c) documentos grampeados em folhas; d) certificação da quantidade de documentos colados em folhas; e) inutilização do verso em branco das folhas; f) encerramento e abertura de volumes; 3) dos atos: a) termos de juntada e certidões (artigos 161, 168, 169, PARÁGRAFO ÚNICO, e 171, do CPC); 4) prazos: a) designação das audiências do procedimento sumariíssimo; b) atos da Secretaria; c) atos do (a) Meritíssimo (a) Juiz (a): sentenças e despachos.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 00928/13: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (110 dias); certidões de fls. 14 e 17 assinadas pela estagiária; despacho de f. 15 assinado pela estagiária;

- 00929/13: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (110 dias); despacho de f. 17 assinado pela estagiária; notificação de f. 18 assinada pela estagiária e certidão de f. 20 assinada pela estagiária;

- 00930/13: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (110 dias); certidões de f. 15



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO



assinada pela estagiária; despacho de f. 16 assinado pela estagiária e certidão de f. 19 assinada pela estagiária;

- 00931/13: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (110 dias);

- 00939/13: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (110 dias);

- 00941/13: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (108 dias); carga de f. 10 sem registro da baixa.

2.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – Exame dos autos dos processos 00174/12, 00373/13, 00440/13, 00849/13, 01134/12, 01269/12, 01311/13, 01411/13, 01412/13 e 01674/12 quanto: aos registros da tramitação na capa dos autos; à regularidade do despacho “cumpra-se”; à expedição dos mandados (Provimento n.º 1, de 2008, do TRT da 3ª Região); aos prazos e atos processuais; ao cumprimento e devolução de mandados; à regularidade do cumprimento das cartas precatórias e à regularidade na numeração, conforme o artigo 15, § 1º, do Provimento n.º 1, de 2008, do TRT da 3ª Região.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 01134/12: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 27 (mais de 20 dias).

2.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – Examinaram-se os autos dos processos 00867/13, 00597/112, 00129/12, 01041/12, 00129/13, 00212/12, 00497/13, 01665/12, 01490/13 e 01711/13.

Foram analisados os itens relativos ao acompanhamento do cumprimento das cartas precatórias; à regularidade dos atos e prazos processuais; à expedição de ofício à Corregedoria Regional, quando não prestadas informações pela Vara Deprecada e à baixa da carta precatória no sistema informatizado da Secretaria da Vara, quando da devolução dos autos.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 00597/12: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 64 - (mais de 90 dias);

- 00129/12: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 64 - (mais de 90 dias);



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO



- 00129/13: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 30 - (mais de 30 dias);

- 00497/13: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (83 dias).

2.4. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Foram examinados os autos dos processos 01205/07, 00994/12, 00691/10, 00361/12, 00367/12, 00507/12, 00528/12, 00297/12, 00535/12 e 00167/12 nos seguintes aspectos: registro de atos processuais relevantes no sistema informatizado (ex: liquidação de sentença, oposição de embargos e data de conclusão dos autos ao Juiz (a) para decisão); cumprimento da sentença ou acordo; imediata liberação do depósito recursal em favor do credor, após a liquidação de sentença; regularidade dos atos e prazos processuais na execução; exaurimento do uso das ferramentas e convênios (BACEN JUD, INFOJUD e RENAJUD) em busca de bens passíveis de penhora, para fins de satisfação do crédito exequendo; se o (a) Juiz (a) ordenou a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada; regularidade da expedição, cumprimento e devolução dos mandados; regularidade dos atos de penhora e praça; manifestação da Procuradoria-Geral Federal (INSS) quanto às contribuições previdenciárias (artigo 879, § 3º, da CLT) e o seu respectivo recolhimento; cumprimento do Provimento n.º 4, de 2001, do TRT da 3ª Região; cumprimento dos ofícios n.ºs 106 e 108, de 2010, expedidos pela Corregedoria Regional, que determina o lançamento do código “056” (processo em fase de execução) no sistema informatizado, referente a todos os autos de processo, no momento em que houver a homologação do cálculo de liquidação (PP-00427-2010-000-03-00-1); recomendações constantes do relatório final das atividades da comissão criada pelo Ato GCGJT n.º 6, de 2010, encaminhado por meio do ofício eletrônico n.º 3, de 2011 e Recomendação CGJT n.º 1, de 2011, divulgada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 16 de fevereiro de 2011, que ficam fazendo parte integrante desta ata.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 01205/07: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 239 - (mais de 90 dias);

- 00994/12: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – fls. 79/81 - (mais de 90 dias);

- 00691/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 69 - (mais de 10 dias); processo sem movimentação há mais de 120 dias;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO



- 00361/12: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 147 - (mais de 60 dias); processo sem movimentação há mais de 60 dias;
- 00367/12: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 38 - (mais de 40 dias); processo sem movimentação há mais de 70 dias;
- 00507/12: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – processo sem movimentação há mais de 40 dias;
- 00528/12: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – processo sem movimentação há mais de 60 dias;
- 00297/12: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 143 - (mais de 10 dias);
- 00535/12: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 174 - (mais de 10 dias); excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – f. 80 - (mais de 80 dias);
- 00167/12: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 333 - (mais de 40 dias); excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – f. 343 - (mais de 10 dias).

2.5. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 1 processo *sine die*, incluindo exame da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.

Foram examinados os autos do processo 00970/12, verificados os itens relativos ao motivo do adiamento; ao cumprimento do disposto no artigo 265, IV, *a*, e § 5º, do CPC, e § 7º, do artigo 852-H da CLT, assim como prazos e atos processuais.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 00970/12: audiência de julgamento designada *sine die* em 11/7/13 e julgado no dia 5/8/13, configurando excesso de prazo para prolação da decisão, mesmo levando em consideração os termos do despacho de f. 1351.

Determina o Excelentíssimo Desembargador que não seja designado o denominado julgamento *sine die*, sendo necessária a intimação das partes do dia e horário da publicação da sentença, quando não for proferida na



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO



própria audiência em que se encerrar a instrução processual. Nos termos do artigo 851, § 2º, da CLT, "a ata será junta ao processo, devidamente assinada, no prazo improrrogável de 48 horas, contado da data da audiência de julgamento...". Caso seja seguida, subsidiariamente, a preceituação do artigo 189, II, do CPC, o prazo para serem proferidas as decisões é de 10 dias, não se aplicando a dilação de 48 horas a que se refere o texto consolidado.

Se não for possível a realização, integralmente, da audiência na mesma data, em caso de força maior, a sua continuação deverá ser marcada para a primeira pauta desimpedida, nos termos do artigo 849 da CLT. Determina-se, portanto, a inclusão na pauta dos processos *sine die* e/ou sem audiência, quando o motivo ensejador do adiamento for a realização de perícia e/ou oitiva de testemunha por meio de carta precatória inquiritória.

2.6. PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO – Examinados os autos dos processos 00274/12, 00577/13, 00603/12, 00333/13, 00818/13, 00904/12, 01301/13, 01315/13, 01930/12 e 00335/13.

Inspecionaram-se o cumprimento dos comandos dispostos no artigo 832, §§ 3º e 4º, da CLT, a existência de documentos grampeados na contracapa dos autos (ex: CTPS, TRCT e CD/SD), bem como atos e prazos processuais.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 00577/13: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (80 dias);
- 00848/13: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (99 dias);
- 00904/12: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – processo sem movimentação há mais de 90 dias;
- 01315/13: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (19 dias).

2.7. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria desta Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.8. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria desta Vara do Trabalho, constatou-se que há 7 ações civis públicas, até esta data, em tramitação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO



2.9. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria desta Vara do Trabalho, constatou-se que não há ação civil coletiva em tramitação.

2.10. PROCESSOS JULGADOS – Examinados os autos dos processos 01482/12, 01313/13, 01195/12, 01217/12, 00883/12, 00715/13, 00805/13, 00913/13, 00837/13 e 00835/13.

Foram objeto de verificação os procedimentos relativos à regularidade da autuação, dos termos, das certidões e dos demais atos da Secretaria; ao cumprimento dos prazos para atos do (a) MM. Juiz (a) (despachos e decisões) e da Secretaria (termos de juntada, certidões, conclusão e registro de carga para o (a) MM. Juiz (a), à correta numeração de folhas, intimação para contrarrazões); à sentença líquida nos processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo; ao exame do juízo de admissibilidade dos recursos interpostos.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 01214/12: julgamento convertido em diligência, f. 278, sem determinação da data para julgamento/encerramento; excesso de prazo para decisão, conclusão de f. 281 e decisão de f. 282.

- 00715/13: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (62 dias); ausência de certificação nos autos da conclusão para decisão;

- 00805/13: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (101 dias);

- 00913/03: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (90 dias);

- 00837/13 e 00835/13: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (99 dias).

Recomenda-se a MM. Juíza que profira sentenças líquidas nas causas submetidas ao procedimento sumariíssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.11. PROCESSOS ARQUIVADOS – Examinados os autos dos processos 00663/08, 00829/12, 00830/13, 00915/09, 00959/11, 01099/13, 01193/12, 01169/13, 01292/12 e 01297/13.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO



Verificaram-se os procedimentos relativos aos atos e prazos processuais, à regularidade do cumprimento dos acordos e das sentenças; ao recolhimento de todos os encargos devidos; à regularidade do despacho de arquivamento; aos documentos grampeados na contracapa e, no caso de arquivamento provisório, se o ato é precedido de certidão do (a) Diretor (a) de Secretaria atestando que não há depósito judicial ou recursal e que foram esgotados e infrutíferos os meios de coerção do devedor.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 01099/13: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (30 dias);
- 00915/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 207 - (mais de 90 dias);
- 01169/13: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (34 dias);
- 01297/13: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (22 dias).

2.12. PRECATÓRIOS – Segundo o sistema informatizado da Secretaria da Vara, foram expedidos 3 precatórios no ano em curso, até a presente data nos autos dos processos 00389/02 e 00603/01, remetidos à Secretaria de Execuções e Precatórios.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA DO DIA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA – Apurou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor o seguinte prazo médio para realização de audiências, conforme dados extraídos da pauta do dia 5-8-2013:

- a) **procedimento sumariíssimo:** 95 dias;
- b) **procedimento ordinário:** 21 dias;
- c) **instrução:** 117 dias.

Para audiências futuras, com base no quadro respectivo do sistema informatizado, no dia 5-8-2013, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor apurou a seguinte disponibilidade de pauta:

- a) **procedimento sumariíssimo:** 70 dias (14-10-2013);
- b) **procedimento ordinário:** 214 dias (7-3-2014);
- c) **instrução:** 359 dias (30-7-2014).

CORREIÇÃO DE 2012: Na correição realizada em 25-11-2012, apurou-se o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO



seguinte prazo médio:

- a) procedimento sumariíssimo: 29 dias;
- b) procedimento ordinário: 68 dias;
- c) instrução: 94 dias.

A disponibilidade de pauta foi:

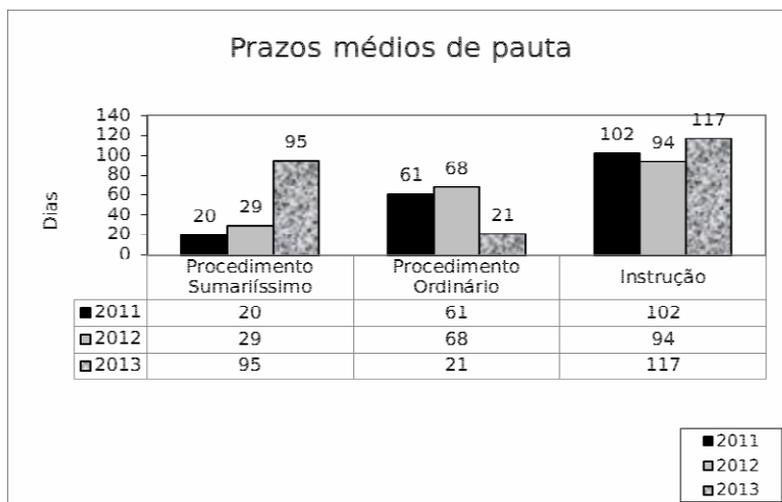
- a) procedimento sumariíssimo: 46 dias;
- b) procedimento ordinário: 70 dias;
- c) instrução: 196 dias.

CORREIÇÃO DE 2011: Na correição realizada no dia 29-11-2011, em relação à pauta daquele dia, os prazos médios foram:

- a) procedimento sumariíssimo: 20 dias;
- b) procedimento ordinário: 61 dias;
- c) instrução: 102 dias.

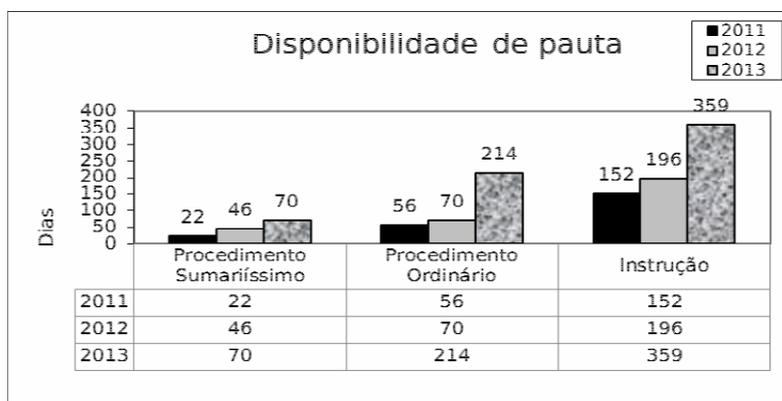
A disponibilidade de pauta foi de:

- a) procedimento sumariíssimo: 22 dias;
- b) procedimento ordinário: 56 dias;
- c) instrução: 152 dias.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO



Obs.: Os dados acima aferidos são correlatos aos indicadores estratégicos constantes do Plano Plurianual 2010/2014, a saber: Indicador n.º 8: Índice de celeridade processual - Procedimento sumariíssimo; Indicador n.º 9 - Índice de celeridade processual - Audiência Inaugural Ordinária; e Indicador n.º 10 - Índice de celeridade processual - Audiência de Instrução.

No ano 2012, apurou-se que, em 229 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

- a) **sentenças de conhecimento:** 703, média de 3,07 por dia;
- b) **decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração:** 202, média de 0,88 por dia;
- c) **decisões na fase de execução:** 151, média de 0,66 por dia;
- d) **total:** 1.056 processos conclusos para decisão no período, média total de 4,61 por dia de expediente forense.

	Ano-2012	Média/dia útil
Sentenças de conhecimento	703	3,07
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	202	0,88
Decisões na fase de execução	151	0,66
Total	1.056	4,61

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em junho de 2013, com 20 dias úteis, realizaram-se:

- a) **audiências de procedimento sumariíssimo:** 144, média de 7,20 por dia;
- b) **audiências de procedimento ordinário:** 119, média de 5,95 por dia;
- c) **audiências de instrução:** 87, média de 4,35 por dia;
- d) **audiências de tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução:** 5, média de 0,25 por dia;
- e) **total de audiências:** 355, média de 17,75 por dia.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO



Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
Procedimento sumariíssimo	144	7,20
Procedimento ordinário	119	5,95
Instrução	87	4,35
Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução	5	0,25
Total	355	17,75

No mês de junho de 2013, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema E-gestão, foram proferidas 85 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46, 16 sentenças decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme item 115. Foram conciliados 65 processos, conforme se verificou do item 39.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação da Diretora de Secretaria, que, nesta Vara do Trabalho, as audiências são realizadas de segunda-feira a sexta-feira, a partir das 13 horas. O intervalo entre as audiências é de 15 minutos para as de procedimento sumariíssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 15 minutos para as instruções.

De acordo com a Diretora de Secretaria, nesta Vara do Trabalho, são exarados, em média, 500 despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Recomendou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor que, atuando outro magistrado (a) nesta Vara, seja observado o disposto no artigo 118-B, do Provimento n.º 1/2010 (Provimento Geral Consolidado da Justiça do Trabalho da 3ª Região).

5. PRODUÇÃO – Do total de 2.449 processos para solução em 2012, 1.743 foram recebidos no ano 2012, 683 são processos remanescentes de 2011 e 23 são oriundos de sentenças anuladas. A média recebida por dia útil foi de 7,61. No ano 2012, foram solucionados 1.557 processos, dos quais 568 foram conciliados. Foi registrada uma produção total de 63,58%.

Do total de 2.249 processos para solução em 2011, 1.524 foram recebidos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

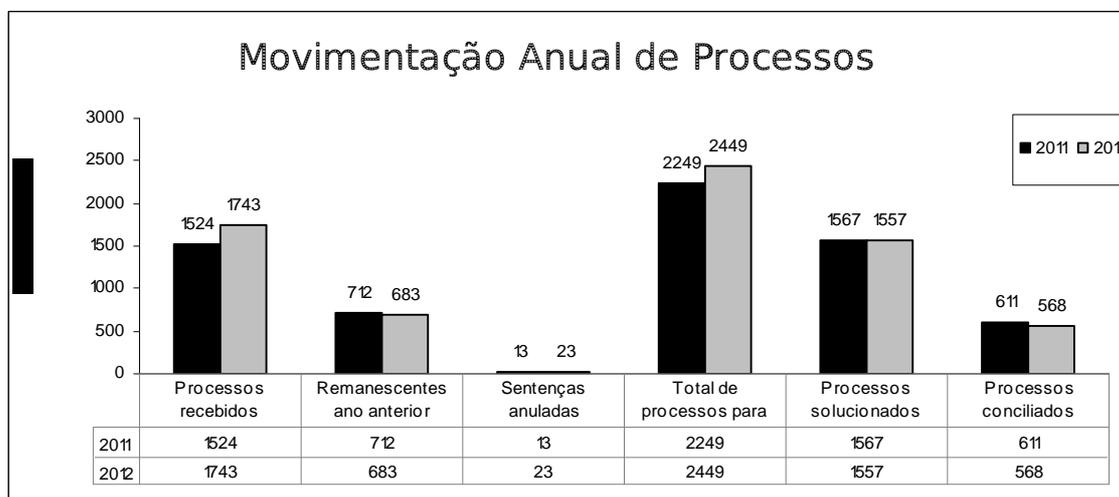


no ano 2011, 712 são remanescentes de 2010 e 13 são oriundos de sentenças anuladas. No ano 2011, foram solucionados 1.567 processos, nos quais, 611 tiveram solução conciliada. Foi registrada uma produção total de 69,68%.

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 14,37% no número de processos recebidos no ano 2012. Quanto à produção, verificou-se que em 2012 houve uma diminuição de 6,10%.

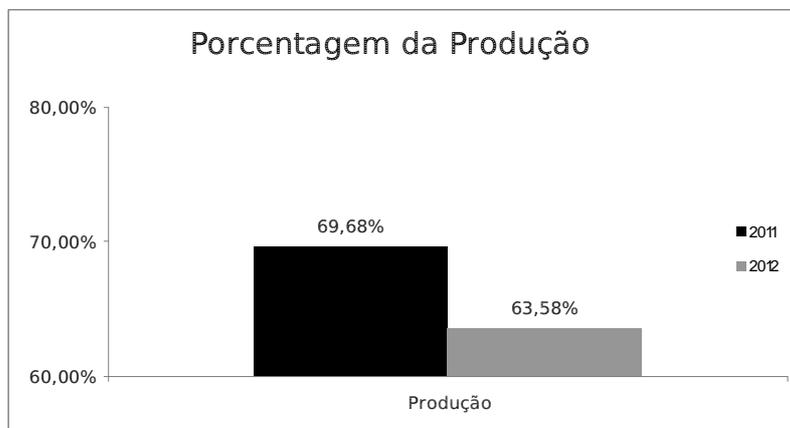
Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos		
	2011	2012
Processos recebidos	1524	1743
Processos remanescentes do ano anterior	712	683
Sentenças anuladas	13	23
Total de processos para solução	2249	2449
Processos solucionados	1567	1557
Processos conciliados	611	568
Produção	69,68%	63,58%





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO



6. ARRECADAÇÃO – Ao exame dos dados estatísticos desta Vara do Trabalho, ano 2012, acerca da arrecadação da Previdência Social e do recolhimento para a Receita Federal, constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor o registro dos seguintes valores:

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$1.318.485,64	R\$123.123,51

Nas Varas do Trabalho de semelhante movimentação processual, a média apurada pela Subsecretaria de Estatística da Corregedoria Regional acerca dos valores da Previdência Social importou em R\$1.059.706,06 e do Imposto de Renda em R\$129.924,00. Portanto, constata-se que esta Vara do Trabalho está com os recolhimentos de contribuição previdenciária acima da média e de imposto de renda abaixo da média.

Recomenda-se a Diretora de Secretaria que sejam observados os lançamentos das guias de imposto de renda.

7. PORTARIAS – De acordo com a Diretora de Secretaria, encontram-se em vigor, nesta Vara do Trabalho, as Portarias n.º 1 de 2006 e n.º 1 de 2007, que tratam de atos ordinatórios; n.º 1 de 2008, que disciplina a expedição de aviso de recebimento e assinatura de guias de acordo; n.º 1 de 2009, que regulamenta os procedimentos para intimação da União via Procuradoria Geral Federal em Ouro Preto, n.º 1 de 2012, que dispõe sobre a eliminação das cópias dos Agravos de Instrumentos baixados já julgados e n.º 1 de 2013, quanto ao cumprimento de mandados.

8. BACEN JUD, INFOJUD e RENAJUD – Durante a correição, o Excelentíssimo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO



Desembargador Vice-Corregedor constatou que a Secretaria do juízo emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e o RENAJUD com o intuito de localizar bens passíveis de penhora. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente nesta Vara do Trabalho.

9. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor verificou, dentre outros aspectos, a desorganização da Secretaria. Foram examinados 71 autos de processos, sendo que em 17 foram encontrados excessos de prazo, que são inadmissíveis. Os prazos processuais, com relação ao despacho, impulso oficial e cumprimento, devem ser mais bem observados.

Foi indagada a Diretora de Secretaria se existe algum processo fora do arquivo que não foi possível ser examinado, se há alguma determinação de conclusão que não foi cumprida, se os autos de algum processo estão desviados, sem o alcance da inspeção do Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor ou, por último, que não foram lançados, tendo sido respondido negativamente.

Determinou o Desembargador Vice-Corregedor que a MM. Juíza solicite da Diretora de Secretaria justificativa para os excessos de prazos nos processos, remetendo-a à Secretaria da Corregedoria, até 5-9-2013, por ofício. Deverá, no mesmo prazo, dar andamento nos processos que estão sem movimentação, acima relacionados, prestando as informações com a devida discriminação dos processos.

Durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Administrativa n.º 162, de 2012, que suspendeu os prazos no período de 7-1-2013 a 18-1-2013.

10. RECOMENDAÇÕES:

Recomenda o Desembargador Vice-Corregedor que seja (m):

1) observada, quando da desconsideração da personalidade jurídica do executado, a citação dos sócios acerca das suas responsabilidades subsidiárias, de que trata o artigo 596 do CPC, atentando assim para a disposição contida no artigo 68, inciso III, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, bem como que promovam o seu lançamento no polo passivo da execução;

2) redobrada a proverbial e intensa atividade jurisdicional para imprimir paulatina e constante diminuição do resíduo de processos pendentes de execução, assumindo o magistrado a condução do processo executivo;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO



naturalmente, com a indispensável colaboração de servidores qualificados, em ordem a dar expressão prática ao imperativo constitucional da duração razoável do processo de que trata o artigo 5º, inciso LXXVIII, da Lei Magna;

3) cumprido o Provimento n.º 1, de 2012, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados relativamente a credores trabalhistas de empresa falida ou em recuperação judicial;

4) cumpridas as recomendações n.º 1, de 16 de fevereiro de 2011 e n.º 2, de 2 de maio de 2011, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, no sentido de observar a prática de atos de execução indispensáveis, antes do arquivamento;

5) observada, quanto à CNDT instituída pela Lei n.º 12.440, de 7 de julho de 2011, a padronização regulamentada pela Resolução Administrativa n.º 1.470, de 24 de agosto de 2011 e suas alterações, constantes do Ato TST-GP n.º 772, de 2011, do Ofício Circular TST-GP 993, de 2011, e Ato TST-GP n.º 1, de 2012;

6) consultado o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, antes de devolver sobras de execução aos devedores, tanto de depósitos judiciais quanto recursais;

7) priorizada a tramitação e o julgamento das reclamações trabalhistas que envolvam acidente de trabalho, conforme recomendação do Excelentíssimo Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, contida no OF.CIRC.TST.GP 338, de 2011;

8) cumprida, fielmente, a recomendação do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho CGJT 0002/2010 – TST, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 10-6-2010, p. 16/17, dispondo que “os juízes de primeiro grau que possuem autorização, por motivos relevantes, para residirem fora do local de jurisdição estejam à disposição das partes e advogados ou realizando audiências por, pelo menos, três dias úteis na semana, determinando, ainda, sejam afixadas nas Secretarias dos órgãos judicantes as datas em que os magistrados prestarão atendimento nas Varas, bem assim aquelas em que se encontrarão fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções”;

9) observado o disposto no Ato GCGJT 017/2011, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 12-9-2011, p. 1/2, do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, baseado na decisão do Conselho Nacional de Justiça (Consulta 0000534-85.2011.2.00.0000), “na qual fora assentada a orientação, para os fins da Meta 3 do CNJ, de 2010, de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO



que a expedição de certidão de crédito trabalhista não autoriza a baixa definitiva do processo executivo, por não se encontrar exaurida a prestação jurisdicional”;

10) informado ao INSS, por meio do *e-mail* pfmq.regressivas@agu.gov.br, a respeito de ações trabalhistas que versem sobre acidentes de trabalho, após a decisão sobre a culpa do empregador em 1ª e 2ª instâncias, independentemente do trânsito em julgado, permitindo que o mencionado órgão adiante as providências necessárias para o ajuizamento de ações regressivas contra os responsáveis, na forma prevista no artigo 120 da Lei n.º 8.213, de 1991, com cópia para o endereço regressivas@tst.jus.br, nos termos do OF.TST.GP n.º 218/2012;

11) emitido pronunciamento explícito sobre a admissibilidade de recursos ordinários e de agravos de petição interpostos, não se reputando atendida a exigência em caso de despacho nos quais haja referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o Recurso, na forma da lei”, consoante recomendação da egrégia Corregedoria-Geral;

12) observada a recomendação contida na Ata de Correição Ordinária, realizada no período de 27-2 a 2-3-2012, pelo Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, de que, havendo Juiz Auxiliar, deverá ocorrer o acréscimo quantitativo de processos instruídos e julgados, somando, e não dividindo as funções judicantes que lhe são inerentes, — notadamente, na fase de execução;

13) liberado o depósito recursal, em favor do reclamante, de ofício ou a requerimento do interessado, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, desde que o valor do crédito trabalhista seja inequivocamente superior ao do depósito recursal, prosseguindo a execução depois pela diferença, conforme artigo 66, I, do Provimento Geral Consolidado da CGJT;

14) estimulada a realização de audiências semanais em processos na fase de execução, nos termos do artigo 66, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, não obstante o juízo da Vara já venha adotando tal procedimento. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o artigo 764, *caput*, da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para efeito deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus BONS OFÍCIOS e PERSUASÃO no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos” (grifamos), nos moldes do § 1º do referido artigo;

15) observado o artigo 66, III, da Consolidação dos Povimentos da CGJT que determina “a revisão periódica dos processos em execução que se



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO



encontrem em arquivo provisório, com a execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas, por meio da utilização dos Sistemas BACEN JUD, INFOJUD e RENAJUD, valendo-se, se for o caso, da aplicação subsidiária dos artigos 599, 600 e 601 do CPC”;

16) evitada a utilização do sistema BACEN JUD, quando se tratar de execução provisória, conforme recomendação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

17) regularizado, em até 30 dias, o prazo das audiências dos processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo que deverão ser realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT e meta inserida no planejamento estratégico deste Regional, com a realização de pauta especial de segunda a sexta-feira, se necessário, até que o prazo seja regularizado, devendo ser oficiada a Corregedoria;

18) observado o Provimento n.º 3 de 2012, que altera o Provimento Geral Consolidado da Justiça do Trabalho da 3ª Região, disciplinando procedimentos para a utilização obrigatória das cartas precatórias e de ordem eletrônicas no âmbito da Justiça do Trabalho da 3ª Região, e dá outras providências;

19) obedecido o Provimento n.º 4 de 2012 que dispõe sobre o arquivamento provisório ou definitivo do processo de execução, conversão de autos físicos de processos de execução arquivados provisoriamente em certidões de créditos trabalhistas e promoção da execução pelo credor trabalhista;

20) acrescidas pelo Juízo Deprecante, nas cartas precatórias inquiritórias, o CPF das testemunhas, por exigência do PJ-e;

21) os despachos proferidos, quando do impulso oficial, no prazo de 2 dias, conforme artigo 189, do CPC;

22) observado pela Secretaria o prazo de 48 horas previsto no artigo 190, do CPC;

23) as decisões proferidas no prazo de direito;

24) evitada a designação de julgamento *sine die*, intimando as partes do dia e horário da publicação da sentença, quando não for proferida na própria audiência em que se encerrar a instrução processual;

25) assinadas as notificações, certidões e despachos por servidor da secretaria;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO



26) reduzidos os prazos de audiência dos processos sujeitos ao procedimento ordinário, bem como das instruções.

10.1. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2012:

O Desembargador Vice-Corregedor verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

- 1) regularizado, em até 30 dias, o prazo das audiências dos processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo que deverão ser realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT e meta inserida no planejamento estratégico deste Regional, com a realização de pauta especial de segunda a sexta-feira, se necessário, até que o prazo seja regularizado, devendo ser oficiada a Corregedoria;
- 2) os despachos proferidos, quando do impulso oficial e apreciação de documentos, no prazo de 2 dias, conforme artigo 189 do CPC;
- 3) observado pela Secretaria o prazo de 48 horas previsto no artigo 190 do CPC, quando da execução dos atos processuais;
- 4) evitada a designação de julgamento *sine die*, intimando as partes do dia e horário da publicação da sentença, quando não for proferida na própria audiência em que se encerrar a instrução processual.

O Desembargador Vice-Corregedor reitera a observância das recomendações acima.

11. METAS ESTRATÉGICAS

11.1 METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO PARA O ANO 2013:

Durante os V e VI Encontros Nacionais do Judiciário, definiram-se as metas para o Judiciário brasileiro alcançar em 2013, dentre elas, sob coordenação desta Corregedoria:

Meta 1 - Julgar mais processos de conhecimento que os distribuídos em 2013;

Meta 2 - Julgar, até 31-12-2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos (...) em 2009, na Justiça do Trabalho (...).

Naquela oportunidade também foram definidas as **Metas Específicas para 2013** que devem ser alcançadas em cada segmento de Justiça.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO



Especificamente ao Judiciário Trabalhista, sob a coordenação desta Corregedoria Regional, ficou determinada a seguinte meta:

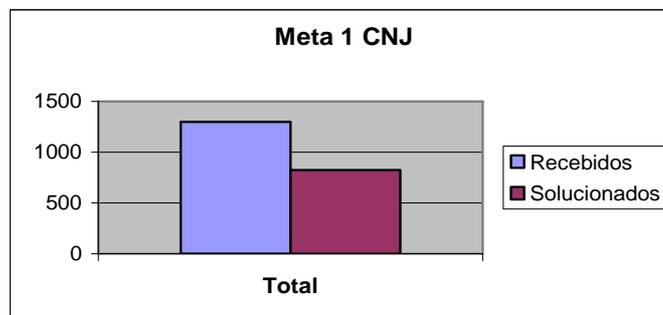
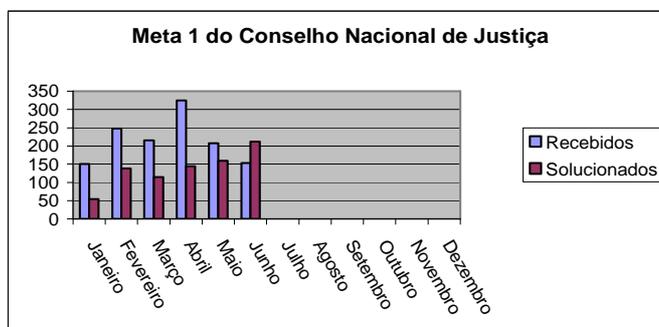
Meta 13 - Aumentar em 15% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011.

Consultando os relatórios estatísticos, constatou o Desembargador Vice-Corregedor os seguintes dados que retratam a situação da Vara, relativamente à Meta Prioritária n.º 1:

META 1 – CNJ

Vara do Trabalho de Ouro Preto *			
Mês	Recebidos	Solucionados	Percentual
Janeiro	150	54	36,0%
Fevereiro	248	139	56,0%
Março	215	115	53,5%
Abril	324	145	44,8%
Maio	208	160	76,9%
Junho	153	212	138,6%
Total	1298	825	63,6%

* Dados conforme tabela estatística de “movimento processual das Varas do Trabalho” disponível no sítio eletrônico do TRT 3ª Região





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO



Relativamente à Meta Prioritária n.º 2, conforme dados extraídos dos relatórios gerenciais da Vara, constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor que existem os processos 00937/09 e 01540/09 pendentes de julgamento.

Segundo sistema informatizado da Vara, constatou-se quanto aos processos:

00937/09: audiência de instrução designada para o dia 29-10-2013;

01540/09: audiência de instrução designada para o dia 21-10-2013.

Recomenda o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor que sejam envidados esforços visando o julgamento dos processos acima indicados, buscando o atendimento à Meta Prioritária.

No tocante às Metas Nacionais do Judiciário para o ano 2013, todos os dados encontram-se no sítio eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br), podendo ter acesso qualquer cidadão.

11.2. METAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – TRT 3ª REGIÃO

Os indicadores estratégicos constantes do Planejamento Estratégico para o Biênio 2012/2013 são:

Indicador 7: Taxa de congestionamento na fase de conhecimento, 1º grau;

Indicador 8: Índice de celeridade processual - Procedimento sumariíssimo;

Indicador 9: Índice de celeridade processual - Audiência Inaugural Ordinária;

Indicador 10: Índice de celeridade processual - Audiência de Instrução;

Indicador 11: Taxa de congestionamento na fase de execução.

A descrição detalhada dos indicadores está disponível no *link* Gestão Estratégica, na página deste Regional.

Destaca-se que em relação ao indicador n.º 11, não foi estipulada meta para 2012. Entretanto, a meta nacional n.º 17 é no sentido do aumento de 10% no quantitativo de execuções encerradas, em relação a 2011.

O Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor ressalta a importância no cumprimento das Metas Nacionais Prioritárias n.ºs 1, 2 e 13, que serão objeto de acompanhamento mensal pela Corregedoria, solicitando aos magistrados empenho para que o TRT da 3ª Região venha a cumpri-las



integralmente, dispensando, assim, eventuais ações específicas que poderão ser adotadas ao longo deste ano.

12. CONTROLE DE GASTOS E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

No que se refere ao controle de gastos e responsabilidade socioambiental, porque perenes, enfatiza o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor a importância de continuidade da observância das recomendações contidas nas Metas Nacionais Prioritárias n.ºs 6 e 10, do ano 2010, do Conselho Nacional de Justiça, quais sejam:

Meta Prioritária n.º 6: reduzir pelo menos 2% o consumo *per capita* com energia, telefone, papel, água e combustível;

Meta Prioritária n.º 10: realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre órgãos do Poder Judiciário.

O Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, diante da necessidade de economia inserida nos objetivos da Administração, recomendou que esta unidade continue empenhada na manutenção do controle de seus gastos.

O TRT da 3ª Região, em atendimento às Recomendações n.º 11 e n.º 27 do Conselho Nacional de Justiça, de 22 de maio, de 2007, instituiu a Comissão de Responsabilidade Socioambiental para coordenar os projetos e ações institucionais de responsabilidade socioambiental, voltados à sustentabilidade, especificamente gestão ambiental e inclusão social da pessoa com deficiência.

Ressalta, ainda, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, em consideração ao consignado na ata da 4ª Reunião Ordinária do Colepccor, que seja observada a Instrução Normativa n.º 1, de 2010, do TRT da 3ª Região, no que tange ao limite de impressão de arquivos recebidos, por meio do sistema e-DOC, respeitando-se o limite de 20 folhas ou 40 páginas frente e verso.

Reforça o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor que os juízos das Varas e as diretorias dos Foros se abstenham de fazer a remessa de boletins estatísticos à Secretaria da Corregedoria Regional, por via postal, com Aviso de Recebimento (AR), devendo tal expediente ser encaminhado por meio do envelope reutilizável de expediente interno, via malote.

Diante das medidas adotadas pelo Tribunal, visando alcançar o objetivo estratégico de atuar com responsabilidade socioambiental, recomenda o Vice-Corregedor: a) realizar, anualmente, a Semana do Descarte, conforme Portaria n.º 97, de 2008, do TRT da 3ª Região, em atendimento à



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO



recomendação do Ministro Corregedor da Justiça do Trabalho; b) formalizar a doação dos resíduos recicláveis e autos findos eliminados junto às entidades, associações e/ou cooperativas que se responsabilizem pela utilização do material para a devida reciclagem, de acordo com o PARÁGRAFO ÚNICO do artigo 13 da Instrução Normativa n.º 1, de 14 de junho, de 2012; c) quando houver necessidade de impressão de um documento, optar pela utilização impressão em frente e verso. Para informações, acessar o portal da Responsabilidade Socioambiental, www.trt3.jus.br/socioambiental; d) optar pelo contracheque virtual e imprimir o documento apenas quando for necessário; e) permitir a entrada e a permanência de cães-guias em todas as dependências do edifício e suas extensões, de acordo com o item “c” da Recomendação n.º 27 do CNJ; f) quando houver pessoa com deficiência auditiva, participe do processo oralizado, adotar comunicação escrita ou por meios eletrônicos, bem como adotar medidas que viabilizem a leitura labial, de acordo com o item “f” da Recomendação n.º 27 do CNJ; g) gerar arquivos em PDF, conforme orientações da Diretoria de Coordenação de Informática disponíveis na Intranet, Manuais Informática, garantindo a acessibilidade do documento aos deficientes visuais através de leitores de tela; h) manter atualizado o controle de bens permanentes, a fim de facilitar o inventário anual, conforme está determinado no Ato Regulamentar n.º 7, de 30 de outubro de 2008.

13. OBSERVAÇÕES FINAIS – O Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor estimou que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional, qual seja “Solucionar conflitos nas relações de trabalho, por meio da contribuição de magistrados e servidores, oferecendo à sociedade justiça e desenvolvimento social”.

O Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor reforça e manifesta que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da nossa Visão de futuro em “ser referência na sociedade por meio da prestação jurisdicional, caracterizada pela celeridade e qualidade no atendimento aos usuários e pela excelência dos seus processos de gestão”.

Ressaltou, ainda, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO



recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A seguir, encerraram-se os trabalhos às 13 horas do dia seis de agosto de 2013, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Eduardo Antônio Mendes _____, Assessor do Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, pela MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara e pela Diretora de Secretaria. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, além do Sr. Assessor acima nominado, foi composta pelos servidores Álvaro Antônio da Cruz Gomes e José Múcio Antônio Lambertucci.

Márcio Flávio Salem Vidigal
Desembargador Vice-Corregedor do TRT/3ª Região

Graça Maria Borges de Freitas
Juíza do Trabalho Titular da Vara

Rosane Ribeiro de Souza
Diretora de Secretaria